
Notas técnicas

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC possui caráter censitário, sendo realizada em todos os municípios brasileiros desde sua edição pioneira, em 1999, que foi seguida pelas edições de 2001, 2002 e 2004. Em 2002, a Pesquisa foi a campo pela primeira vez com um questionário em separado, o Suplemento de Meio Ambiente. Na quarta edição da MUNIC, ano-base de referência 2004, o Questionário de Gestão foi acompanhado do Suplemento de Esporte 2003, resultado de convênio celebrado entre o IBGE e o Ministério do Esporte e que pesquisou nos municípios informações sobre a gestão municipal do esporte.

Objetivos

O Suplemento de Esporte 2003 é um levantamento abrangente de dados estatísticos sobre a totalidade dos municípios brasileiros, tendo como principais objetivos contribuir para: o início de um processo de construção de um sistema de informações sobre a atividade de esporte no País; o planejamento, definição e implementação de políticas públicas que possibilitem o atendimento mais abrangente da coletividade na área do esporte; subsidiar a elaboração de um perfil dos municípios brasileiros no que diz respeito a aspectos da gestão e atividades do esporte na esfera municipal.

Âmbito e unidade informante

O âmbito do Suplemento de Esporte 2003 restringe-se ao conjunto das atividades relacionadas ao esporte realizadas no município, sob a execução direta e/ou participação da prefeitura.

A unidade informante, responsável pelo preenchimento do questionário, é o órgão gestor do esporte no município (secretaria, autarquia e fundação, diretoria, setor, gerência, departamento, coordenadoria, assessoria de esporte, ou similar). Como exemplo, existindo uma secretaria de esportes no município esta foi a responsável pelas informações. Por outro lado, caso o município não tivesse uma secretaria que tratasse da atividade do esporte, a informação foi obtida junto ao departamento, assessoria, setor ou órgão similar. Na ausência de qualquer instância administrativa na prefeitura que tratasse da atividade de esporte, o questionário seria respondido pelo próprio prefeito ou pessoa por ele designada.

Ao informante da pesquisa, o titular do órgão gestor do esporte no município ou pessoa por ele designada a prestar as informações, geralmente lotada no próprio órgão, coube a responsabilidade de coordenar o preenchimento do questionário junto aos demais órgãos da prefeitura envolvidos com o esporte no município (secretarias de educação, no caso de serem de sua responsabilidade algumas informações relacionadas ao esporte educacional; secretarias de meio ambiente ou setor de "Parques e Jardins", no caso de serem de sua alçada algumas informações sobre a existência de equipamentos e instalações esportivas em parques e praças; secretarias de ação ou promoção social, no caso de serem responsáveis, por exemplo, pela realização de atividades com idosos e/ou alguns segmentos da população carente; dentre outros órgãos).

Período de referência

O período de referência dos dados coletados no Suplemento de Esporte é o ano de 2003, à exceção de algumas informações que deverão ser registradas tendo por base a data de 31.12.2003, tais como o pessoal ocupado no esporte e as instalações e equipamentos esportivos da prefeitura, ou os exercícios de 2002 e 2003, neste último caso em se tratando de informações financeiras.

Abrangência geográfica

O Suplemento de Esporte 2003 abrangeu a investigação das informações relacionadas ao conjunto das atividades esportivas, sob a execução direta e/ou participação da prefeitura, desenvolvidas na totalidade dos municípios brasileiros formalmente existentes em 31 de dezembro de 2003.

Instrumentos de coleta

Para proceder ao levantamento dos dados do Suplemento de Esporte, adotou-se um único modelo de Questionário composto por 13 blocos, sendo dez deles relacionados aos temas e variáveis do esporte pesquisados, dois envolvendo dados cadastrais da prefeitura e do órgão gestor do esporte e um para a autenticação do questionário pelo informante após o seu preenchimento.

O Suplemento levantou junto às prefeituras dados sobre os recursos humanos utilizados na gestão municipal do esporte; as articulações institucionais intramunicipais, visando ao desenvolvimento de políticas e de atividades relacionadas ao esporte; os

aspectos atinentes à legislação esportiva municipal; os convênios e parcerias e as ações, projetos e programas desenvolvidos com a participação da prefeitura; os eventos, e suas modalidades esportivas, realizados nos municípios; as instalações e os equipamentos esportivos existentes e em construção, de propriedade e/ou gestão da prefeitura.

Destaca-se que num conjunto de blocos e quesitos do questionário, as informações coletadas foram classificadas segundo as manifestações do esporte: esporte educacional, esporte de rendimento e esporte e lazer. As manifestações do esporte e os respectivos conceitos adotados no Suplemento, apresentados nas Instruções de Preenchimento do Questionário e no Glossário desta publicação, basearam-se na Lei nº 9615, de 24/03/98, conhecida como “Lei Pelé”.

O Questionário do Suplemento de Esporte foi acompanhado:

- de Carta ao Informante que objetivou apresentar sucintamente o Suplemento do Esporte e seus objetivos;
- das Instruções de Preenchimento do Questionário que teve a finalidade de orientar o informante no município quanto ao conteúdo das informações a serem fornecidas. Estas foram entregues ao informante da pesquisa juntamente com o questionário; e
- do Manual do Técnico do IBGE - contendo um conjunto básico de orientações, instruções e conceitos técnicos necessários ao trabalho de coleta a ser executado pelo técnico de pesquisas do IBGE.

Coleta dos dados, crítica e apuração

Em julho de 2004 foi realizado um treinamento centralizado em Belo Horizonte, MG, onde estiveram presentes os supervisores regionais e técnicos de todas as Unidades Estaduais do IBGE, que envolveu mais de 100 pessoas. Posteriormente, estes técnicos foram responsáveis pelo repasse do treinamento para os demais técnicos das mais de 500 Agências do IBGE no País.

A fim de efetuar a coleta das informações, o pesquisador do IBGE fez um primeiro contato com o órgão gestor do esporte de cada município a seu encargo, com objetivo de obter a indicação de uma pessoa, o informante, que coordenasse a coleta das informações nas áreas da prefeitura envolvidas com o esporte. Esta pessoa deveria manter contato com o técnico do IBGE ao longo do preenchimento do questionário sempre que fosse necessário esclarecer algum item, procedimento ou conceito relativo à pesquisa.

A entrada dos dados coletados foi realizada de forma descentralizada, na sede de cada Unidade Estadual do IBGE ou nas próprias agências, sob a responsabilidade do supervisor da pesquisa ou do técnico responsável pela coleta, respectivamente. A primeira etapa de crítica dos dados coletados também foi elaborada em cada Unidade Estadual, o que possibilitou maior agilidade no esclarecimento de dúvidas e na correção de eventuais erros encontrados por ocasião da crítica, devido à proximidade dos informantes.

Dois municípios recusaram-se a preencher o Questionário do Suplemento de Esporte, a despeito dos esforços envidados pelos técnicos de pesquisa do IBGE: Serra de São Bento e Guamaré, ambos no Rio Grande do Norte. Ressalta-se, ainda, que

diferentemente da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, o Distrito Federal não foi pesquisado através do Suplemento de Esporte, mas sim de levantamento da atividade de esporte sob a responsabilidade direta e/ou com a participação do governo do estado. As variáveis nele pesquisadas são em sua quase totalidade idênticas às do Suplemento e correspondem ao mesmo período de referência. A base de dados do levantamento relativo à atividade de esporte sob a responsabilidade do governo do estado, em breve estará disponível na publicação com CD-ROM encartado e na página do IBGE na Internet.

Após a apresentação dos aspectos gerais da coleta de dados, crítica e apuração do Suplemento de Esporte 2003, alguns problemas de preenchimento do questionário merecem ser registrados. Estes problemas, detectados ainda na fase de coleta, ocorreram a despeito das Instruções de Preenchimento do Questionário ser clara quanto aos dados solicitados, e do empenho dos técnicos de pesquisa do IBGE em saná-los.

Em primeiro lugar, em relação ao pessoal ocupado da prefeitura na área do esporte, por função (administrativa, de apoio e técnica) e nível da função (auxiliar, médio e superior), foi detectado um grande número de questionários preenchidos incorretamente, ao considerarem o nível escolar do pessoal ocupado no esporte, ao invés do nível da função ocupada, que não se vincula, necessariamente, à escolaridade, ou seja, uma pessoa com nível de escolaridade superior, por exemplo, pode estar ocupada em uma função de nível médio.

Isto impediu a divulgação destes dados, o que é suprido em parte pela divulgação do total do pessoal ocupado da prefeitura na área do esporte por função (administrativa, de apoio e técnica), segundo o regime de contratação.

Em segundo lugar, o valor dos recursos aplicados na "função desporto e lazer" e seus percentuais em relação ao total das despesas do município, nos exercícios de 2002 e 2003, apresentaram inconsistências sistemáticas, com um número substancial de municípios superestimando as despesas na função e o seu percentual em relação ao total das despesas do município. Como alternativa, recorreu-se aos dados discriminados por município da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, do Ministério da Fazenda, que foram incorporados à pesquisa, sendo complementados pelos dados coletados pelo IBGE.

Por outro lado, os valores das transferências vinculadas a gastos na "função desporto e lazer" efetuados pela União e/ou pelo estado, nos exercícios de 2002 e 2003, demonstraram a dificuldade de um grande número de informantes prestarem corretamente as informações, uma vez que não dispunham de registros contábeis apropriados para obterem estes dados. Como alternativa, optou-se por transformar os valores informados em dados de existência das transferências, ou seja, em existindo valores preenchidos no questionário, o município foi considerado como tendo recebido transferências, que foram consideradas de forma discriminada pela origem dos recursos e o exercício correspondente.

Em terceiro lugar, os dados do número de participantes das ações, projetos e programas executados pela prefeitura, isoladamente ou em conjunto com outros órgãos externos, segundo as manifestações do esporte (esporte educacional, esporte de rendimento e esporte e lazer) e faixa etária e pessoas portadoras de deficiência - PPD apresentaram acentuadas distorções.

Se por um lado havia um conjunto relevante de municípios sem participantes, a despeito de a prefeitura ter executado ações, projetos e programas na área do esporte,

o que demonstra sua dificuldade em fornecer os dados; de outro lado haviam quantitativos de participantes elevados ou muito próximos da população do município ou, até mesmo, superiores a ela. Isto demonstra que grande parte das prefeituras não possui um controle adequado dos participantes das atividades esportivas por elas executadas ou com sua participação, o que implicou a não divulgação destes dados.

Em quarto lugar, as quantidades de eventos esportivos por modalidade esportiva (futebol, vôlei, basquete, tênis, etc.) nas correspondentes manifestações do esporte também apontaram a fragilidade dos dados informados. Várias prefeituras não informaram corretamente estes dados, não distinguindo o que seria um evento, regular ou não-regular (jogos da primavera, campeonato de futsal, olimpíadas estudantis, maratonas de rua, etc.) e as atividades esportivas em si, por exemplo, o número de partidas de futsal ou vôlei realizado no município sob a responsabilidade, direta ou não, da prefeitura. Por outro lado, parte das prefeituras também demonstrou não possuir um controle adequado do número de eventos por modalidades esportivas.

Em vista a esta realidade, optou-se por transformar as quantidades de eventos por modalidade esportiva, em variáveis de existência, ou seja, caso um município apresentasse quantitativos de eventos em determinadas modalidades esportivas, considerou-se que teria ocorrido evento(s) envolvendo estas modalidades.

Em quinto lugar, os dados referentes às instalações esportivas localizadas nas escolas públicas municipais do ensino básico, geralmente informados pelas secretarias municipais de educação, apresentaram sérias impropriedades. Isto pode ser comprovado quando comparados os dados do Suplemento com os de pesquisa censitária realizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, do Ministério da Educação. Sendo a unidade de investigação deste levantamento a própria escola, optou-se por utilizar os dados de escolas que possuíam instalações esportivas deste Instituto, em substituição aos coletados no Suplemento de Esporte.

Por último, os parques de rodeio não foram divulgados, pois verificou-se que a maioria das informações prestadas tratavam-se de estruturas provisoriamente montadas em feiras e eventos, o que não caracterizaria a existência de estrutura permanente de propriedade e/ou gestão da prefeitura.

Divulgação dos dados

Diferentemente da grande maioria das pesquisas efetuadas pelo IBGE, por serem de natureza pública, os dados informados pelas prefeituras e seus órgãos são passíveis de divulgação em nível de microdados, não estando sob a égide da lei do sigilo das informações.

Embora este contexto não exima o IBGE da responsabilidade final pelos dados ora divulgados, confere um maior grau de co-responsabilidade entre a instituição e os informantes. Em decorrência, após a realização dos procedimentos de crítica e análise de consistência dos dados coletados, uma pesquisa de dados de natureza pública, como é o caso do Suplemento de Esporte, exige o respeito à sua integridade. Isto implica, em alguns casos, não divulgar determinados dados, principalmente no que diz respeito a valores monetários e quantidades, quando são detectados problemas na análise dos dados, como exemplificado anteriormente.

O volume ora publicado, além de ocupar-se nas notas técnicas de aspectos metodológicos relacionados à pesquisa e de disponibilizar um conjunto de tabelas, produto da agregação de dados dos municípios por classes de tamanho da população dos municípios, por Grandes Regiões e por Unidades da Federação, exceto conforme já visto o Distrito Federal, apresenta em sua análise de resultados um quadro geral da atividade do esporte nos municípios sob a responsabilidade direta das prefeituras, e/ou que contou com sua participação. Acompanha, também, a publicação um CD-ROM contendo a base de dados completa por município.

Por outro lado, os dados por município do Suplemento de Esporte também estão disponíveis na página do IBGE na Internet, no endereço <http://www.ibge.gov.br>.